

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Inf ALEXANDER KLEIN SANTOS

Crise migratória Venezuelana:
A Operação Acolhida e a importância da cooperação
interagências



Rio de Janeiro

2024

Maj Inf ALEXANDER **KLEIN** SANTOS

Crise migratória Venezuelana:

A Operação Acolhida e a importância da cooperação interagências

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Orientador: Maj Eng THIAGO DA COSTA CARVALHO

Rio de Janeiro

2024

S237c

Santos, Alexander Klein

Crise migratória venezuelana : A Operação Acolhida e a importância da cooperação interagências. / Alexander Klein Santos. - 2024.

44 f. il. 30 cm.

Orientador : Thiago da Costa Carvalho

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2024.

Bibliografia: f. 42 - 44.

1. Acolhida. 2. Interagências. 3. Migração. 4. Exército.
5. . I Título

CDD 327.81087

Maj Inf ALEXANDER **KLEIN** SANTOS

Crise migratória Venezuelana:

A Operação Acolhida e a importância da cooperação interagências

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Administração Militar

Aprovado em 04 de outubro de 2024.

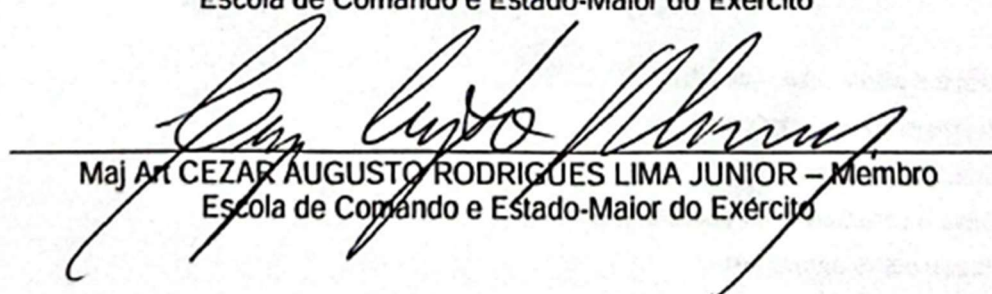
COMISSÃO AVALIADORA



Maj Eng **THIAGO DA COSTA CARVALHO** – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército



Maj Int **RICARDO DOS SANTOS SALES** – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército



Maj Ar **CEZAR AUGUSTO RODRIGUES LIMA JUNIOR** – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa Camilia e à minha
filha Catarina. Uma pequena
homenagem pelo amor e
compreensão demonstrados durante a
realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Lourdes e Edmilson Santos, meu reconhecimento pela educação proporcionada durante toda a minha vida, e pelo entusiasmo com que sempre me apoiaram no prosseguimento da carreira das armas.

Ao Major Thiago Costa, pela confiança depositada não só em mim, mas em todos os seus orientados. Ao longo da formação no Curso de Comando e Estado Maior, suas orientações pontuais e objetividade contribuíram para o êxito da conclusão deste trabalho acadêmico.

"Juntos, podemos alcançar o impossível." (Homero)

"Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo,
não precisa temer o resultado de cem batalhas."
(SunTzu)

"O indivíduo que trabalha em equipe terá sempre
uma vantagem incomparável." (Andrew Carnegie)

RESUMO

Palavras-chave: acolhida; interagências; migração; exército.

A crise migratória venezuelana tem impactado significativamente o Brasil, especialmente em regiões de fronteira como Roraima. Isso resultou em pressão sobre serviços públicos básicos, além de desafios socioeconômicos imediatos. A Operação Acolhida foi implementada para lidar com essa situação, buscando oferecer assistência humanitária e aliviar a sobrecarga nos sistemas de saúde e abrigos temporários. A coordenação eficaz entre diferentes atores é essencial para enfrentar esses desafios.

A Operação Acolhida, como principal resposta do Brasil à crise migratória venezuelana, envolve diversos órgãos governamentais, agências internacionais, ONGs (Organização Não-Governamental) e voluntários. Iniciada em 2018, além de fornecer assistência emergencial aos migrantes, a operação busca promover sua integração socioeconômica e cultural nas comunidades receptoras. Ações no ambiente interagências têm buscado soluções como abrigos temporários, atendimento médico, distribuição de alimentos, dentre outras. No entanto, a estrutura da operação apresenta desafios advindos da vasta gama de atores envolvidos, juntamente com toda a miríade de objetivos que mais de 180 participantes possam ter. A coordenação interinstitucional eficaz é um ponto forte, mas a busca pela eficiência de todos os envolvidos deve ditar todas as atividades da Acolhida.

A crise migratória venezuelana demanda uma resposta humanitária coordenada por parte do Brasil, com a Operação Acolhida desempenhando papel central. A análise dos pontos fortes e dificultadores da estrutura da operação destaca a necessidade de avaliação contínua e adaptação das políticas públicas para enfrentar os desafios da migração forçada em larga escala. A pesquisa investiga se a divisão adequada de atribuições entre Ministérios e Agências está sendo executada e avalia se há espaço tanto para uma ratificação da atual estrutura agência-órgãos, como uma retificação da Força-Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum), trazendo um novo organograma à Operação. O cenário acadêmico deve continuar analisando a Operação Acolhida para aprimorar o processo e lidar eficientemente com a crise migratória venezuelana, preparando a Nação para grandes desafios vindouros.

ABSTRACT/RESUMEN

Keywords: acolhida; interagency, migration, army

The Venezuelan migration crisis has significantly impacted Brazil, especially in border regions like Roraima. This has led to pressure on basic public services and immediate socioeconomic challenges. The Operation Acolhida was implemented to address this situation, aiming to provide humanitarian assistance and alleviate the strain on healthcare systems and temporary shelters. Effective coordination among different stakeholders is essential to tackle these challenges.

The Operation Acolhida, as Brazil's primary response to the Venezuelan migration crisis, involves various government agencies, international organizations, NGOs, and volunteers. Launched in 2018, this operation not only provides emergency assistance to migrants but also aims to foster their socioeconomic and cultural integration within host communities. Interagency efforts focus on solutions related to temporary shelters, medical care, food distribution, and more. However, the operation's structure faces challenges due to the diverse range of stakeholders—over 180 participants—with varying objectives. Effective interinstitutional coordination is a strong point, but the pursuit of efficiency among all involved parties should guide Acolhida's activities.

The Venezuelan migration crisis demands a coordinated humanitarian response from Brazil, with Operation Acolhida playing a central role. Analyzing the strengths and challenges of the operation's structure highlights the need for continuous evaluation and adaptation of public policies to address the complexities of large-scale forced migration. Research investigates whether the appropriate division of responsibilities between ministries and agencies is being executed and suggests room for both ratification of the current agency-organ structure and rectification of the Humanitarian Logistics Task Force, potentially introducing a new organizational chart for the operation. The academic community should continue analyzing Operation Acolhida to enhance the process and effectively manage the Venezuelan migration crisis, preparing the nation for significant challenges ahead.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1	Questões de Estudo	14
Figura 1	Esboço das estruturas montadas para ordenar o fluxo migratório venezuelano	20
Quadro 2	Ponto Forte relacionado com o tema de Comunicação Mútua	22
Quadro 3	Desenho da Pesquisa	26
Figura 2	Organograma da Operação Acolhida	30
Figura 3	Embarque para interiorização de venezuelanos, organizado pela ACNUR e operacionalizado pela Força Aérea.....	33
Figura 4	Ministérios envolvidos no acolhimento dos venezuelanos....	34
Figura 5	Novo Organograma da Operação Acolhida.....	38

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	PROBLEMA E OBJETIVOS	11
1.2	DELIMITAÇÃO E QUESTÕES DE ESTUDO	13
1.3	RELEVÂNCIA DO ESTUDO	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL	15
2.1	A CRISE MIGRATÓRIA VENEZUELANA	16
2.2	A DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES NO MOMENTO DE CRISE INICIAL NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO ACOLHIDA	17
2.3	AS ATIVIDADES DA OPERAÇÃO ACOLHIDA.....	19
2.4	OS PONTOS FORTES E POSSÍVEIS DIFICULTADORES DA ESTRUTURA DA OPERAÇÃO ACOLHIDA	22
3	METODOLOGIA	23
3.1	DESENHO DA PESQUISA	24
3.2	ESTRATÉGIA DE PESQUISA	27
3.2.1	Coleta dos Dados	27
3.2.2	Tratamento dos Dados	29
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	29
4.1	CONDUÇÃO DA OPERAÇÃO ACOLHIDA.....	29
4.2	A ESTRUTURA DA OPERAÇÃO ACOLHIDA	33
4.3	PROPOSTA DE DIVISÃO DE ATRIBUIÇÕES MAIS ADEQUADA	35
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
	REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

A crise migratória venezuelana é um fenômeno que se intensificou nos últimos anos devido à instabilidade política, econômica e social na Venezuela. País localizado ao norte da América do Sul, a Venezuela viu milhões de seus nacionais fugir do país em busca de melhores condições de vida, enfrentando dificuldades como falta de alimentos, medicamentos e emprego em seu país de origem.

A Operação Acolhida foi uma resposta do governo brasileiro para lidar com o fluxo migratório, especialmente na região de Roraima, que faz fronteira com a Venezuela. Essa operação envolve diversas agências governamentais e organizações da sociedade civil, com o objetivo de oferecer assistência humanitária, abrigo, saúde e integração social aos migrantes venezuelanos (PINHO, 2019).

A importância da cooperação interagências neste contexto se destaca pela necessidade de uma abordagem coordenada e integrada para lidar com os desafios complexos da crise migratória. No entanto, há controvérsias e desafios relacionados à eficácia das ações conjuntas, à distribuição de recursos e responsabilidades entre as agências envolvidas, bem como questões políticas e sociais que permeiam o acolhimento e a integração dos migrantes venezuelanos.

No contexto histórico das pesquisas sobre a crise migratória venezuelana e a cooperação interagências, destacam-se diversas fontes que fornecem abordagens valiosas sobre o tema. Uma das obras é “Ajuda Humanitária: A Crise Migratória da Venezuela e os Impactos para o Brasil” (2018), de Bernardo Souza. Este trabalho analisa a crise migratória venezuelana e a resposta do Brasil por meio da Operação Acolhida. Ele explora as políticas públicas de segurança brasileira voltadas para o emprego das Forças Armadas e avalia a efetividade da operação no contexto do movimento migratório. De acordo com Souza, *apud* Oliveira (2018, p.6), a Operação Acolhida tem essa característica de ser interagências “pois ocorre uma clara interação entre as Forças Armadas com outras agências, com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços, no sentido de acolher venezuelanos desassistidos de maneira organizada, sistemática e eficiente”.

Uma outra linha de pesquisa destaca que a crise migratória, ocasionada pela deterioração política e econômica da Venezuela, resultará em pressões sobre os espaços fronteiriços, afetando a estabilidade regional. Alcides Vaz, na obra “A Crise Venezuelana como fator de Instabilidade Regional” (2017) enfatiza a necessidade de abordar a crise como um problema específico do Estado. Nesse sentido, a segurança política e das fronteiras sofrem ameaças com a continuidade da crise, exigindo do Estado resposta para mitigar seus efeitos (Vaz, 2017).

1.1 PROBLEMA E OBJETIVOS

A crise migratória venezuelana, resultante da instabilidade política, econômica e social na Venezuela, tem desencadeado uma resposta humanitária complexa, na qual a cooperação interagências é essencial para enfrentar os desafios emergentes. A Operação Acolhida surge como uma iniciativa significativa nesse contexto, visando a coordenar e otimizar os esforços de diferentes agências governamentais e organizações da sociedade civil para lidar com o fluxo de migrantes venezuelanos. Nesse sentido, a divisão de atribuições interagências dentro da Operação Acolhida se torna crucial para garantir uma resposta abrangente e eficaz, onde cada agência contribui com suas competências específicas para atender às necessidades dos migrantes de forma coordenada e integrada. Entre 2015 e maio de 2019, o Brasil registrou mais de 178 mil solicitações de refúgio e residência temporária por parte dos venezuelanos (UNICEF. Disponível em [unicef.org/brazil](https://www.unicef.org/brazil). Acesso em 7 de maio de 2024).

Diante do desafio de enfrentar a crise migratória venezuelana, a proporção das atividades do Ministério da Defesa na Operação Acolhida em comparação com outros Ministérios e Agências se revela como um ponto crítico de análise. Considerando a magnitude da crise e a necessidade de uma resposta abrangente e coordenada, a cooperação interagências desempenha um papel fundamental. Nesse contexto, a intensificação da crise devido à instabilidade na Venezuela ressalta a importância de uma divisão de atribuições eficiente entre as agências participantes da Operação Acolhida.

Trazer à luz o estudo das relações de atribuições entre os diversos atores presentes na Operação Acolhida é importante pois a falta de trabalhos acadêmicos pode levar a algumas consequências diretas ao Estado brasileiro. A primeira delas é o entendimento de que quanto maior for a produção acadêmica que cuida de sistematizar e entender uma operação desse tipo, sob o aspecto organizacional, maior será o arcabouço teórico disponível ao Poder público para enfrentar novas ameaças semelhantes futuras.

Outro ponto a considerar, relacionado à falta de estudos abrangentes sobre essa temática, é que, em caso de uma nova crise migratória nos próximos anos, grande parte da resposta do Brasil poderia depender da experiência dos tomadores de decisão. Em outras palavras, essas decisões poderiam ser influenciadas por fatores subjetivos e variáveis não estritamente científicas, sujeitas à passagem do tempo e a diversas circunstâncias.

Do exposto, o presente estudo pretende construir pontes entre as práticas desempenhadas pelo Estado Brasileiro frente aos momentos iniciais da crise e um modelo teórico de organização dos mais variados atores estatais e não estatais para a crise humanitária de imigrantes. Ainda, se propõe a responder o seguinte problema: **qual proporção que o Ministério da Defesa deve ter nas atividades da Operação Acolhida quando comparado com outros Ministérios e agências na crise migratória venezuelana, ocorrida no Brasil a partir de 2016?**

Com vistas à resolução de tal problemática, com fundamentação teórica e adequada profundidade de investigação, foi definido o seguinte objetivo geral: **analisar a participação dos diferentes atores estatais e não estatais nas atividades da Operação Acolhida, bem como suas relações para o alcance de seus objetivos.**

Para viabilizar a consecução do objetivo geral de estudo, foram propostos os seguintes objetivos específicos, que permitirão o encadeamento lógico do raciocínio investigativo:

- a. estudar a crise migratória venezuelana e como ela afetou o Brasil, identificando as principais demandas operacionais/administrativas da Operação Acolhida;
- b. identificar como as atividades no âmbito da Operação Acolhida foram distribuídas no momento de crise inicial;

- c. identificar as atividades no âmbito da Operação Acolhida que vêm sendo executadas atualmente;
- d. reconhecer pontos fortes e possíveis dificultadores da estrutura da Operação Acolhida; e
- e. estudar qual deve ser a divisão de atribuições mais adequada entre os diversos Ministérios e Agências participantes.

1.2 DELIMITAÇÃO E QUESTÕES DE ESTUDO

A delimitação temporal do presente trabalho acadêmico consistirá desde o ano 2016 até a atualidade. Em 2016, a crise na Venezuela atingiu um ponto crítico, levando inclusive à sua suspensão do Mercado Comum do Sul, com a deterioração econômica, política e social levando a um êxodo significativo de cidadãos venezuelanos em busca de melhores condições de vida. A partir desse marco, o Brasil, como país vizinho, enfrentou o desafio de acolher e integrar esses migrantes, resultando na criação da Operação Acolhida, em 2018. (Ribeiro, 2024)

Desde então, a Operação vem passando por importantes desafios e transformações, estando vigente até o momento em que este trabalho de conclusão de curso é redigido. Investigar esse período permite analisar as políticas de resposta, os impactos humanitários e as estratégias de cooperação interagências, bem como avaliar as implicações a longo prazo para ambas as nações envolvidas.

A delimitação espacial deste estudo concentra-se na região fronteira entre o Brasil e a Venezuela, especificamente no estado de Roraima. Essa escolha geográfica é justificada por vários motivos. O primeiro deles é a proximidade geográfica: Roraima faz fronteira direta com a Venezuela, sendo o principal ponto de entrada para os migrantes venezuelanos que buscam refúgio no Brasil. A proximidade geográfica torna essa região o epicentro da crise migratória.

Outros motivos são: fluxo migratório significativo, impacto local e desafios humanitários. Desde 2016, Roraima tem testemunhado um fluxo constante de migrantes vindos da Venezuela. A cidade de Boa Vista, capital do estado, e a cidade fronteira de Pacaraima são os principais locais de acolhida e integração. Além disso, a concentração de migrantes em Roraima gerou desafios significativos em

termos de infraestrutura, saúde, educação e segurança. Compreender a dinâmica nessa região é fundamental para avaliar as respostas e os impactos da Operação Acolhida.

Apresentadas as delimitações do espaço e tempo, é mister evidenciar que não serão analisadas, para este trabalho, as condicionantes políticas e demais vieses do governo Venezuelano. Apesar de poder somar com alguns dos fatores que levaram à crise migratória, não é objetivo do trabalho realizar análises das motivações do Governo da Venezuela das decisões de Estado, principalmente na faixa de tempo ora considerada. Procura-se evitar, com essa opção, o debate, que se não for infundável, é ao menos carregado de subjetividades.

Desta feita, será efetuada uma relação entre questões de estudo e objetivos específicos, em uma tentativa deste autor em clarificar o caminho a ser percorrido no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme Quadro 1.

QUADRO 1 - Questões de Estudo

Questões de Estudo	Objetivos
1) Qual panorama da crise venezuelana que demandou a criação da Operação Acolhida?	a, b
2) O que diz a doutrina vigente atinente ao assunto do emprego frente a crise humanitária? Como foi a aplicação prática dessa teoria para o caso em tela?	b, c
3) Qual é a atribuição dos diversos atores, civis e militares da operação? Como se dá a relação entre eles?	
4) Quais são os pontos positivos identificados durante o período da operação?	c, d
5) Há erros identificados? E oportunidades de melhoria? Como os dificultadores estão sendo abordados?	
6) A atual estrutura da Operação atende aos seus objetivos?	c,e
7) Há necessidade de retificação do organograma da Operação? Identificam-se sugestões?	e

Fonte: elaborado pelo autor.

1.3 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A presente pesquisa tem como objetivo identificar se a divisão de atribuições no modelo atual da Operação Acolhida, envolvendo o Ministério da Defesa, demais

órgãos do Governo e outras agências, está alinhada com as atribuições constitucionais e normativas de cada um desses agentes. Para tanto, será realizada uma análise das competências legais e regulatórias das principais entidades envolvida na operação, considerando a legislação vigente e os princípios que regem a atuação do Estado brasileiro. A investigação visa a contribuir para uma compreensão mais precisa da eficácia e da coerência das responsabilidades atribuídas a cada agente no contexto da crise migratória venezuelana.

O organograma, caso seja proposto, constitui uma das ferramentas mais objetivas para a análise das responsabilidades e subordinações entre atores em um processo. Por meio desse diagrama hierárquico, foi possível visualizar de forma clara e estruturada as conexões entre os diversos órgãos governamentais, agências internacionais, entidades locais e demais atores envolvidos. Cada nível hierárquico representa as competências específicas de cada entidade, permitindo uma avaliação precisa das atribuições e da coordenação interagências. Dessa forma, o organograma se torna uma ferramenta essencial para a compreensão e o aprimoramento das estratégias de resposta diante dessa crise humanitária.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

Diferentes abordagens se disponibilizam aos pesquisadores que se debruçam sobre a temática analisada. O referencial teórico, ou referencial conceitual, é essencial, pois fornece uma base sólida de conhecimento existente sobre o tema em questão. Ele serve como um alicerce teórico para a pesquisa, fornecendo uma estrutura conceitual na qual o problema de pesquisa pode ser contextualizado, analisado e interpretado.

Ao apresentar os principais conceitos, teorias e pesquisas relevantes relacionados ao tema, o referencial teórico orienta o desenvolvimento da pesquisa, ajudando a definir as variáveis e os elementos a serem investigados. Além disso, ao demonstrar o conhecimento prévio acumulado sobre o assunto, o referencial teórico valida a importância e a relevância da pesquisa, mostrando como ela se insere no contexto acadêmico e científico mais amplo. Ainda, de acordo com o manual de TCC da Faculdade Integradas de Ourinhos, “o referencial teórico é que possibilita fundamentar, dar consistência a todo o estudo”.

Para melhor demonstração dos estudos prévios considerados nessa obra, o capítulo de referencial teórico-conceitual será dividido em subseções. Estas por sua vez, levarão em consideração os objetivos específicos anteriormente apresentados na Introdução dessa obra.

2.1 A CRISE MIGRATÓRIA VENEZUELANA

A expressão “crise migratória venezuelana” fornece um foco claro para o estudo e contribui para a compreensão holística dessa crise humanitária. Ele abarca a complexidade da crise migratória, incluindo suas origens na Venezuela, os impactos diretos no Brasil e as demandas específicas relacionadas à Operação Acolhida. A expressão, ainda, ressalta a necessidade de identificar as operações logísticas, estratégias de coordenação interagências e os desafios administrativos enfrentados na resposta à crise.

Uma definição relevante abordada por Souza, em sua obra *Ajuda Humanitária* (2020), aponta que a crise migratória venezuelana ocasionou grandes consequências para o Brasil. Nesse contexto, a situação emergencial gerada pela migração em massa de venezuelanos para o Brasil tem impactado significativamente a infraestrutura e os recursos disponíveis, exigindo uma resposta coordenada e eficaz das autoridades brasileiras para lidar com questões como abrigo, alimentação, saúde, segurança e integração dos migrantes. O autor destaca como essa crise deixou em evidência o Brasil, a seguir descrito.

“Sendo assim, esta situação chamou a atenção de autoridades mundiais e voltou-se os olhos ao Brasil, focando nas ações que estavam sendo realizadas neste local, deixando assim a necessidade evidente dos direitos humanos, da dignidade para com o ser humano, ainda os direitos e deveres de todo imigrante que chega ao país e não menos importante, como o Brasil iria acolhê-los, no momento de sua chegada” (Souza, 2020, p. 20).

Outra explicação relevante na literatura é a de Vaz (2017), em que argumenta que a soma de uma crescente deterioração do quadro político com a destacada crise econômica e social da Venezuela resultará em pressões sobre os espaços fronteiriços. Essas pressões se manifestarão sob a forma de demandas econômicas e sociais, reforçadas pela movimentação de pessoas em direção às fronteiras, afetando a estabilidade nessas áreas e, por extensão, os planos bilateral e

regional. Portanto, o autor destaca como a crise venezuelana tem impactado diretamente o Brasil, especialmente nas regiões fronteiriças.

Os trabalhos destacados abordam a crise migratória da Venezuela, mas com diferentes enfoques. Enquanto Souza se concentra na ajuda humanitária e nos impactos para o Brasil, Vaz adota uma perspectiva geopolítica, analisando como a crise afeta a estabilidade regional. Ambos exploram as consequências para o Brasil, mas de maneiras distintas. Souza foca nos desafios imediatos, como a chegada de migrantes e a resposta humanitária, enquanto Vaz considera tendências de longo prazo. Essas obras complementam-se, oferecendo *insights* multifacetados sobre essa complexa situação.

Panorama relevante identificado na busca bibliográfica foi de que, a Operação Acolhida superou a marca de 125 mil migrantes e refugiados da Venezuela interiorizados pelo Brasil. Esse efetivo, atualmente, vive em 1.026 municípios de todas as regiões do país. Curitiba (PR) e Manaus (AM) são os municípios que somam maior número de beneficiários da ação. (Brasil. Disponível em <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202403>. Acesso em 21 de maio de 2024).

Além disso, é importante mencionar que nos três anos iniciais de Operação, mais de 46.000 venezuelanos foram reconhecidos pelo Brasil como refugiados, mais de 255.000 CPFs foram emitidos e cerca de 155.000 pedidos de residência foram concedidos. (Brasil. Disponível em www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social. Acesso em 21 de maio de 2024). Esses números refletem o impacto significativo da Operação Acolhida na vida dessas pessoas e na integração delas à sociedade brasileira.

Como o País reagiu, qual estrutura adotou, como respondeu às demandas inopinadamente exigidas em 2018 junto à sua fronteira norte com a Venezuela são conhecimentos importantes analisados na próxima subseção.

2.2 A DISTRIBUIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES NO MOMENTO DE CRISE INICIAL NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO ACOLHIDA

O presente trabalho acadêmico reveste-se de importância por se propor a englobar o ocorrido na fronteira Brasil-Venezuela sob um enfoque sistemático. Primeiramente, será realizada uma exposição da doutrina vigente. O que os manuais e a comunidade acadêmica apontam como teoria para a abordagem das operações

interagências. Posteriormente, serão apresentadas as atividades iniciais do Estado brasileiro para a operacionalização da Operação Acolhida.

Nesse escopo, o manual de Campanha MD 33-M-12, Brasil (2017), aborda que promover a convergência de esforços é, indubitavelmente, o empreendimento colaborativo mais significativo nos dias atuais, especialmente no contexto da gestão de crises. Essa dinâmica envolve não apenas as Forças Armadas, mas também um amplo espectro de órgãos e entidades do setor público. Em determinadas circunstâncias, organizações não governamentais, empresas privadas e organismos internacionais podem ser incorporados a essa iniciativa conjunta. Assim, apresenta o conceito de Operações Interagências:

“Operações interagências: interação das Forças Armadas com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos” (Brasil, 2017, p. 16).

Outros conceitos podem ser encontrados na literatura acadêmica. Assim, a ação interagências é um processo que envolve seres humanos e organizações complexas com diferentes culturas e diferentes perspectivas sobre o que é bom para o interesse nacional e qual é a melhor política (MARCELLA, 2007, p 16). Ainda em uma análise inicial do tema, a autora indica que o principal problema da tomada de decisão interagências é a falta de autoridade decisiva (MARCELLA, 2007, p. 37).

A Operação Acolhida iniciou-se em fevereiro de 2018, em decorrência do fluxo migratório, desordenado e imprevisível, de pessoas oriundas da crise na República Bolivariana da Venezuela. Em resposta, o governo federal reconheceu a situação de calamidade em Roraima por meio do Decreto Nr 9.285, de 15 FEV 18. Simultaneamente, a Presidência da República tomou medidas emergenciais para acolher migrantes e refugiados vulneráveis (pessoas desassistidas), conforme estabelecido na Medida Provisória Nr 820, de 15 FEV 18, posteriormente convertida na Lei 13.684/2018 (Brasil, 2024).

Quanto à resposta inicial do componente militar frente à imigração ocasionada pela crise venezuelana, o Exército Brasileiro recebeu a determinação do Governo Federal para coordenar e, principalmente, liderar a operação desencadeada pelo Estado para mitigar os problemas advindos da entrada de migrantes venezuelanos pela fronteira do país com a República Bolivariana da Venezuela, por meio de

Roraima (PINHO, 2019, p. 17).

“Na análise da missão recebida, decidiu-se que o foco seria a cooperação entre as esferas municipal, estadual e federal para receber, cadastrar e acolher os migrantes em situação de vulnerabilidade. Estendendo a capacidade da FT Log Hum, seriam agregados ao esforço, ONG, organismos internacionais e 28 demais entidades para que, em um ambiente interagências, fosse buscada uma maior eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Estado brasileiro” (Pinho, 2019, p. 27-28).

As principais semelhanças das publicações abordando o tema da crise humanitária venezuelana no enfoque dessa subseção são no sentido de observar o que o mundo e o Brasil entendem como ideal para uma resposta governamental frente a problema tão grave: o trabalho interagências. A diferença nas abordagens de cada autor fica mais evidente quando se analisa o protagonismo que as Forças Armadas têm na primeira resposta do Estado. O estabelecimento da Operação Acolhida foi a materialização, por meio do Ministério da Defesa, da presença do Brasil junto ao estado de Roraima liderando os esforços de cooperação interagência.

Este autor acredita que as capacidades logísticas, de efetivos e da própria prontidão operacional, que lhe são características, possibilitou às Forças Armadas serem as primeiras a serem acionadas para fazer frente ao problema, que apesar de não ser inédito, se revelou de grande complexidade ao País: a entrada de migrantes pelas nossas fronteiras.

A resposta inicial foi dada pelo Ministério da Defesa, que organizou a Operação Acolhida e passou a coordenar a chegada de cada vez mais atores nas cidades, principalmente: Pacaraima, Boa Vista e Manaus (PINHO, 2019). Com o passar dos anos, foi-se incorporando as capacidades que as novas agências e demais órgãos iam oferecendo à medida que se juntavam à operação, que teve sua estrutura robustecida até chegar ao estado atual.

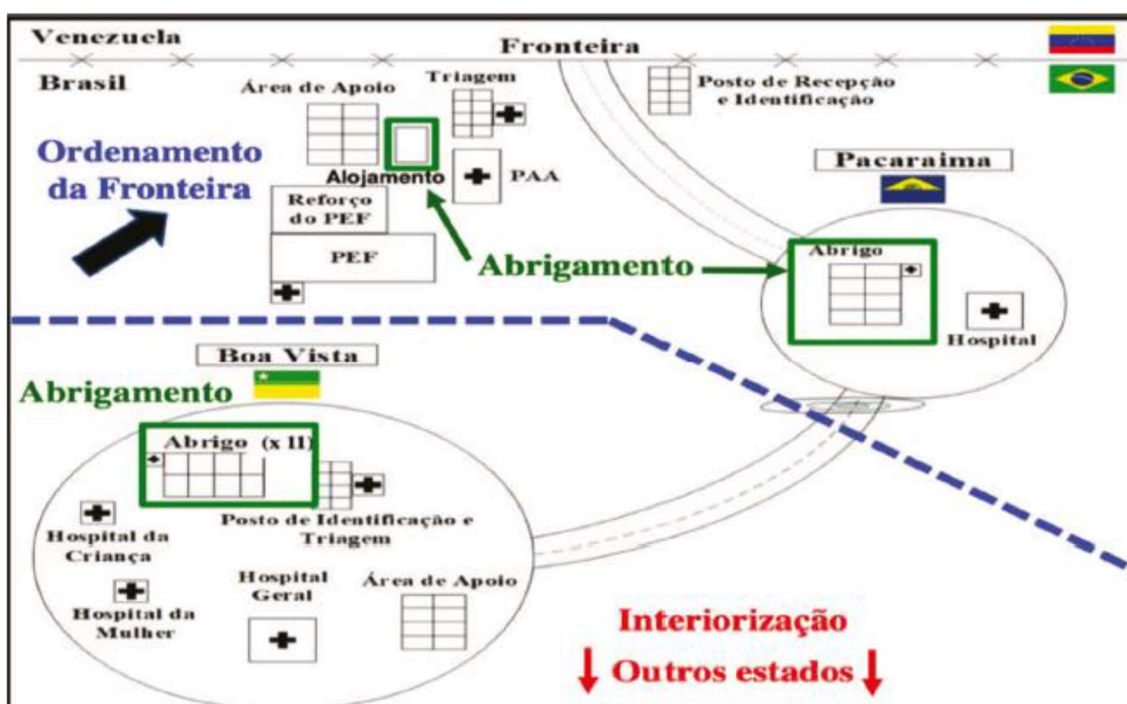
2.3 ATIVIDADES DA OPERAÇÃO ACOLHIDA

As atividades em curso da Operação Acolhida representam a resposta humanitária direta às demandas emergenciais dos migrantes e refugiados venezuelanos que chegam ao Brasil. Compreender essas ações permite avaliar como o país está lidando com os desafios imediatos de acolhimento, abrigo, saúde

e integração. Ainda, observar a operação nos moldes atuais ajuda a entender como o Estado brasileiro consolidou suas estruturas de resposta à crise ao longo desses mais de seis anos da Operação.

Entende Silva Filho (2024) que o Exército Brasileiro tem papel crucial na coordenação e execução dessa operação. A Operação Acolhida visa a lidar com o fluxo de imigrantes e refugiados venezuelanos que cruzam a fronteira, abordando questões como logística, segurança e integração desses indivíduos à sociedade brasileira. Nesse diapasão, há desafios enfrentados causados pela complexidade multidimensional da operação, incluindo aspectos como recepção, acolhimento e interiorização dos migrantes. O autor apresenta como o ordenamento em Pacaraima está sendo realizado na Figura 1.

Figura 1 – Esboço das estruturas montadas para ordenar o fluxo migratório venezuelano



Fonte: SILVA FILHO, 2024, p. 6.

Outra explicação na literatura nacional é a encontrada em ALVES (2018), em que o autor destaca que, atualmente, a relação entre militares e civis nas operações envolve uma cooperação estreita e integrada. Os militares não atuam isoladamente; eles trabalham em conjunto com órgãos governamentais, organizações não governamentais e outros atores civis. Essa colaboração visa não apenas à

assistência humanitária imediata, mas também à integração dos migrantes venezuelanos à sociedade brasileira.

Com o objetivo de ampliar o estudo e oferecer uma visão holística do assunto, buscar-se-á identificar as atribuições, primeiramente de todos os órgãos do Governo, com especial ênfase ao Ministério da Defesa, bem como das agências não estatais presentes, das ONGs (Organismos Não Governamentais) mais relevantes e outras entidades de atuação destacada na Operação Acolhida.

Toda essa gama de agentes busca contribuir com a solução da crise humanitária, mas também busca atender a sua própria agenda, o que traz reflexos para a constante interação entre eles. Ao longo de mais de seis anos, a Operação Acolhida certamente revelou boas práticas desse relacionamento, como também dificultadores e oportunidades de melhoria. Identificá-los se faz mister quando o objetivo último é profissionalizar o emprego do Estado frente às ameaças cada vez mais voláteis dos tempos modernos.

Nesse sentido, para enfrentar os problemas emergenciais nas cidades de Boa Vista-RR e Pacaraima-RR, o Governo Federal tomou medidas, incluindo a criação de 12 abrigos. A situação crítica envolvia um grande número de imigrantes venezuelanos vagando pelas ruas sem destino, o que impactava negativamente a segurança pública, a coesão social e a saúde local (Silva e França, 2023)

Conforme cita Pinho (2019), os abrigos criados em Pacaraima foram: Abrigo Janokoida para indígenas e Alojamento BV-8 para imigrantes não indígenas. Já em Boa Vista, os abrigos criados foram: Abrigo Pintolândia; Abrigo Hélio Campos; Abrigo Jardim Floresta; Abrigo Tancredo Neves; Abrigo São Vicente; Abrigo Nova Canaã; Abrigo Latife Salomão; Abrigo Santa Teresa; Abrigos do Setor Militar Marechal Rondon e Abrigo Waraotuma a Tuaranoko.

Em 2022, o número de abrigos aumentou essa quantidade em 2, indo para 14 abrigos. A Operação Acolhida expandiu sua atuação ao instalar esses dois novos abrigos, localizados em Manaus-AM e Pacaraima-RR. Com a ampliação, a Operação passou a acolher mais de 9 mil imigrantes, distribuídos em três cidades: Manaus-AM, Boa Vista-RR e Pacaraima-RR. Cada um deles foi projetado para atender públicos específicos, incluindo homens solteiros, mulheres solteiras, famílias, pessoas LGBT e indígenas (Silva e França, 2023).

2.4 OS PONTOS FORTES E POSSÍVEIS DIFICULTADORES DA ESTRUTURA DA OPERAÇÃO ACOLHIDA

O que se busca ao propor esse escopo de estudo é examinar os pontos fortes da operação, para podermos identificar as práticas bem-sucedidas e estratégias eficazes adotadas pelo Brasil. Isso inclui aspectos como logística, coordenação interagências, assistência humanitária e integração dos migrantes. Ainda, é importante investigar os possíveis dificultadores para permitir entender os obstáculos enfrentados durante a operação, incluído questões como capacidade de acolhimento e adaptação às necessidades específicas dos refugiados.

Um conceito importante na literatura acadêmica é o apresentado por TEIXEIRA, CORADINI E COSTA, 2019, em que os autores identificam o estabelecimento de uma linguagem comum entre os atores ser essencial para o sucesso da Operação Acolhida. Uma rede de comunicação e informação que não seja totalmente funcional pode comprometer a quantidade ou a qualidade da ajuda a ser entregue às pessoas certas (ibid, apud KOVACS & SPENS, 2007). O artigo aponta, no Quadro 2, um ponto positivo da Operação relacionado à Comunicação Mútua entre os integrantes militares e civis da Acolhida.

Quadro 2 – Ponto Forte relacionado com o tema de Comunicação Mútua

PERGUNTA	MILITARES	CIVIS
A comunicação entre as diversas entidades e o EB, voltada para as ações de logística humanitária, pode ser considerada:	Excelente: 25% Muito Boa: 60% Boa: 15% Regular: 0% Ruim: 0%	Excelente: 14,3% Muito Boa: 71,4% Boa: 0% Regular: 0% Ruim: 0%

Fonte: TEIXEIRA, CORADINI E COSTA, 2019, p. 102.

Para o estudo das dificuldades, os autores citados apontam importantes desafios encontrados durante o acolhimento do Brasil aos imigrantes venezuelanos.

“Dentre as principais dificuldades ou lacunas de capacidades apresentadas pela Força Terrestre, de acordo com os participantes da pesquisa, em especial os que foram entrevistados, destacam-se: a carência de Recursos Humanos, seja em quantidade (em função da grande demanda), seja em treinamento para tal cenário (a falta de habilidade com o idioma espanhol, dificultando a interação com os refugiados); as dificuldades inerentes ao trabalho interagências e com os entes nas três esferas de poder, inclusive no tocante à relação civil-militar” (Teixeira, Coradini e Costa, 2019, p. 104).

Outro estudo sob esse enfoque é o apresentado por Santos e Siman, 2022. As autoras defendem que a progressiva institucionalização da doutrina de Cooperação e Coordenação Civil-Militar recentemente observada no país reforça a perspectiva segundo a qual vários domínios de ação tradicionalmente atribuídos ou liderados por atores civis têm sido vistos como uma ‘missão’, por assim dizer, das Forças Armadas brasileiras (traduzido pelo autor).

Assim, a análise dos tópicos acima mencionados contribui para avaliar se a resposta do Estado brasileiro foi adequada e eficiente. Isso é fundamental para aprimorar as estratégias e garantir uma abordagem mais eficaz no futuro.

Por fim, o objetivo quinto desse trabalho será estudar qual deve ser a divisão de atribuições mais adequada entre o diversos Ministérios e Agências participantes, bem como a divisão ideal dentro da Operação Acolhida. O presente referencial teórico serve como base para, assim como ocorre na própria Operação, evoluir-se nos conhecimentos necessários para se entender se uma retificação da organização se faz necessária ou, no caso contrário, se entender que os desafios estão sendo bem respondidos e os dificultadores não possuem relevância relativa quando colocadas junto dos acertos – situação em que a ratificação da atual estrutura se mostra como melhor opção.

3 METODOLOGIA

O capítulo de Metodologia neste Trabalho de Conclusão de Curso desempenha um papel fundamental ao estabelecer as estratégias e procedimentos utilizados para a coleta, análise e interpretação dos dados pertinentes ao tema em questão. Nesse contexto, a finalidade desse parte do trabalho é fornecer uma compreensão clara e detalhada de como a pesquisa foi conduzida, incluindo a escolha dos métodos, instrumentos e técnicas adotados, a fim de garantir a transparência e a replicabilidade do estudo. Além disso, ao delinear a metodologia empregada, o capítulo busca validar a credibilidade e robustez dos resultados obtidos, contribuindo para a construção de um argumento sólido e consistente ao longo do trabalho.

A fim de atingir esses propósitos, inicialmente será apresentado o Desenho da Pesquisa. Na sequência, serão explorados a Estratégia da Pesquisa, onde haverá

explicações sobre a coleta e o tratamento de dados. E, por fim, será exposto um cronograma deste TCC, com o fulcro de expor os passos adotados por este autor, na produção acadêmica, ao longo da linha do tempo.

3.1 DESENHO DA PESQUISA

O desenho da pesquisa refere-se ao plano ou estrutura geral que define como a pesquisa será conduzida, incluindo o tipo de estudo, os métodos de coleta e análise de dados e as etapas a serem seguidas para responder às questões de pesquisa. Classificar o desenho da pesquisa é crucial, pois permite que os pesquisadores identifiquem o método mais apropriado para alcançar os objetivos da pesquisa de forma eficaz e confiável. Segundo Souza (2017, p.25), "O desenho de pesquisa é fundamental para orientar a investigação, pois define os procedimentos e estratégias que serão utilizados para responder às questões de pesquisa." O mesmo autor, entende ainda que: "Uma escolha cuidadosa do desenho de pesquisa é essencial, pois influencia diretamente a validade e a confiabilidade dos resultados obtidos"

Nesse sentido, essa investigação adota uma abordagem dedutiva, visto que propõe-se, a partir de teorias gerais ou princípios universais, formular hipóteses específicas e testar sua validade por meio da coleta de dados. Essas teorias gerais são as previstas nas mais variadas espécies normativas que, quando analisadas no caso das agências civis e governamentais, incluídos aí o Ministério da Defesa, buscam verificar a aplicabilidade ao caso específico da Operação Acolhida, tudo com o fulcro de atender ao objetivo geral dessa produção acadêmica.

Quanto ao método procedimental, esta pesquisa se caracteriza como Método Observacional, haja vista que baseia-se na observação direta e sistemática de comportamentos, fenômenos ou eventos, sem manipulação ativa das variáveis. Como características, o trabalho, ao valer-se desse método, observa e registra o que ocorre no fenômeno em estudo – a resposta do Estado brasileiro à crise migratória venezuelana, sem interferir no ambiente, podendo utilizar técnicas como a observação participante ou não participante para coletar dados. Segundo Babbie (2016), esse método escolhido envolve observação direta e detalhada de comportamentos e relacionamentos no ambiente em que os estudados habitam, com o foco em entender os padrões que dali emergem.

No que tange à natureza, esta pesquisa é de cunho prático, já que busca aplicação direta com utilidade na resolução de problemas reais ou mesmo a contribuição para o avanço de determinado campo de estudo. Em outras palavras, a natureza prática busca não apenas gerar conhecimento teórico, mas também oferecer soluções tangíveis ou recomendações aplicáveis para questões específicas. Como afirma Gonçalves (2016), "Cada pesquisa científica, ao ser planejada e realizada, busca contribuir para a compreensão ou solução de problemas práticos da sociedade, sendo sua relevância medida pela sua capacidade de fornecer respostas ou soluções efetivas para essas questões" (p. 30).

Ao se avaliar os objetivos/propósitos, este trabalho pode ser configurado como exploratório, pois visa a explorar um tema, fenômeno ou problema de forma dedicada, investigando aspectos pouco conhecidos, podendo gerar novos conhecimentos e hipóteses iniciais. Possui como características a busca da familiarização com o tema de estudo, a identificação de padrões, a coleta de informações preliminares e a compreensão dos fenômenos a serem investigados. Para tanto, utiliza-se de técnicas como revisão bibliográfica, observações e análise de dados qualitativos para explorar o tema em questão.

Por fim, quanto ao desenho, esta pesquisa se aproxima de uma pesquisa fenomenológica, tendo em vista que o TCC se aproveita da compreensão e da experiência subjetiva dos participantes em relação a um fenômeno específico, explorando os significados e as vivências dos envolvidos. Somado a isso, centra-se na descrição e na interpretação das experiências vivenciadas pelos participantes, buscando capturar a essência do fenômeno estudado. Utilizada, ainda, estudos qualitativos, psicológicos e pesquisas que buscam compreender a perspectiva dos indivíduos em relação aos complexos relacionamentos interagências.

Isso exposto e para atingir o objetivo geral de identificar a participação dos diferentes atores estatais e não estatais nas ações da Operação Acolhida, bem como suas relações para o alcance de seus objetivos; este estudo teve como base um plano investigativo que pode ser visualizado no Quadro 3.

QUADRO 3 – Desenho da Pesquisa

PROBLEMA	OBJETIVO GERAL	OBJETIVO ESPECÍFICO	PROCEDIMENTO	INSUMO	PRODUTO
Qual o peso que o Ministério da Defesa deve ter nas atividades da Operação Acolhida quando comparado com outros Ministérios e Agências na crise migratória venezuelana, ocorrida no Brasil a partir de 2016?	Identificar a participação dos diferentes atores estatais e não estatais nas atividades da Operação Acolhida, bem como suas relações para o alcance de seus objetivos.	Desvelar a crise migratória venezuelana e como ela afetou o Brasil	Pesquisa bibliográfica/documental	Publicações sobre o assunto. Artigos publicados em meios oficiais (revistas, livros, etc)	Panorama da crise que provocou a criação da Operação Acolhida
		Identificar como as atividades no âmbito da Operação Acolhida foram distribuídas no momento de crise inicial	Pesquisa documental	Manuais MD e do EB. Notas de aula do CCOPAB, SFC.	Explicitação da doutrina existente e de como ela foi aplicada para instauração da Operação Acolhida
		Identificar como as atividades no âmbito da Operação Acolhida vem sendo executadas atualmente	Pesquisa bibliográfica/documental	Manuais e outros documentos da ONU. Publicações e Artigos sobre o trabalho Interagências	Descrição de como os componentes civis entendem e trabalham na Operação Acolhida, quanto à divisão de atribuições. Descrição de como é a interação do componente civil e militar.
		Reconhecer pontos fortes e possíveis dificultadores da estrutura da Op Acolhida	Pesquisa bibliográfica/documental	<i>Feedback</i> de militares e civis com que tenham servido na Operação Acolhida	Rol de acertos/ pontos fortes. Rol de dificultadores/oportunidades de melhoria.
		Desvelar qual deve ser a divisão de atribuições mais adequada entre os diversos Ministérios e Agências participantes.	Análise e interpretação documental.	Documentação e <i>Feedback</i> das coletas de dados realizadas.	Proposição pela ratificação da atual estrutura ou, no sentido contrário, de ajuste nas divisões de atribuições da Operação Acolhida.

Fonte: elaborado pelo autor.

3.2 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

O referencial teórico-conceitual constante do capítulo anterior foi capaz de trazer conhecimentos sobre as consequências, sob forma de números de imigrantes venezuelanos e interiorizados para o Brasil e a identificação das principais demandas operacionais e administrativas da crise migratória venezuelana, como a emissão de novos CPFs e o reconhecimento pelo Estado brasileiro do *status* político de “refugiado” a dezenas de milhares de venezuelanos. Além disso, foi possível obter um entendimento sobre as ações Estatais no momento de crise inicial, no âmbito da Operação Acolhida. Para ser explorado o cerne deste trabalho, ficou para a Análise de Resultados a identificação de como as atividades no âmbito da Operação vêm sendo executadas atualmente e, posteriormente a essa análise, o reconhecimento dos pontos fortes e possíveis dificultadores da estrutura da Acolhida. O objetivo específico último apontado no Desenho da Pesquisa apresenta o principal ponto a ser buscado nos resultados do TCC, ao se propor retificar (ou mesmo ratificar) a divisão de atribuições mais adequada entre os diversos atores participantes da Operação.

3.2.1 Coleta dos Dados

A ferramenta de coleta de dados através da revisão documental é uma abordagem comumente utilizada em pesquisas acadêmicas para obter informações detalhadas e contextuais sobre um determinado tema. A coleta de dados permite obter *insights* diretos das experiências, percepções e opiniões dos participantes, enquanto a revisão documental envolve o processo essencial para garantir a qualidade e precisão de documentos, sejam eles textos, relatórios, contratos ou qualquer outro tipo de material escrito (Revisão documental. Disponível em www.tacontratado.com.br/glossario. Acesso em 7 de setembro de 2024).

Autores como Yin (2015) destacam a importância da triangulação de dados, que envolve a combinação de diferentes métodos de coleta de dados, incluindo entrevistas e revisão documental, para fornecer uma compreensão abrangente e aprofundada do problema de pesquisa. Além disso, Lincoln e Guba (1985) ressaltam

a validade dos métodos qualitativos, como entrevistas, na obtenção de *insights* significativos sobre fenômenos complexos e subjetivos.

Critérios de como foi usada a ferramenta da coleta de dados das Agências que trabalham na Acolhida podem ser definidos com base em alguns princípios fundamentais. O primeiro deles é relacionado aos objetivos da pesquisa: em que se define claramente o propósito do TCC, destacando o que se buscou alcançar com os estudos realizados. Isso ajuda a direcionar como os dados serão tratados. O segundo, seleção dos participantes, houve a identificação dos principais atores envolvidos na Operação Acolhida, como membros das Forças Armadas, funcionários de organizações não governamentais (ONGs), representantes do governo local e líderes de outras agências que tenham produzido memórias ou outros documentos escritos passíveis de análise. Critérios específicos para selecionar participantes que possuam conhecimento relevante sobre a operação foram utilizados.

Outros critérios usados foram a ética e a condução nos trabalhos. Houve o filtro para possíveis assuntos sensíveis, os quais não são o escopo deste trabalho e foram excluídos conforme explicação anteriormente abordada. A postura buscada por essa pesquisa buscou a neutralidade e o não direcionamento prévio para evitar vieses.

Algumas limitações que puderam ocorrer na coleta de dados estão relacionadas ao viés dos participantes e limitações da amostragem. Quanto ao primeiro aspecto, houve a possibilidade de alguns documentos terem a característica de serem relutantes em fornecer respostas honestas ou completas devido a preocupações com imagem pessoal, pressão social ou desejo de agradar ao grande público (para mencionar somente alguns exemplos), o que pôde afetar a validade dos dados coletados. Quanto ao segundo aspecto, a seleção de participantes pôde não ser representativa da população-alvo, levando a conclusões limitadas ou generalizações inadequadas sobre o fenômeno em estudo, uma vez que nem todos os participantes produziram conhecimento sobre a Operação Acolhida formalmente.

Quanto a possíveis restrições encontradas, a interpretação subjetiva apresenta-se como importante fator à atual pesquisa. A análise dos dados e os resultados obtidos levam em consideração o aspecto subjetivo característico de um estudo qualitativo sobre a problemática do relacionamento interagências, que é complexo, no âmbito da Operação Acolhida.

3.2.2 Tratamento dos Dados

No tratamento dos dados obtidos com a adoção dessa estratégia de pesquisa, um processo de análise qualitativa revelou-se ser o ideal. Dentre os métodos qualitativos, a codificação/categorização *bottom-up* é particularmente relevante. Neste método, os dados são analisados de forma a identificar padrões emergentes e temas subjacentes diretamente dos dados brutos, sem concepções teóricas predefinidas. Isso permite uma compreensão mais aprofundada e contextualizada das percepções e experiências dos participantes.

Autores como Strauss e Corbin (2008) defendem a codificação/categorização *bottom-up* como uma abordagem eficaz para a análise qualitativa de dados, destacando sua capacidade de capturar nuances e complexidades inerentes aos fenômenos sociais. Ao adotar a codificação/categorização *bottom-up* neste TCC, almejou-se uma abordagem que permita uma exploração aprofundada e holística das percepções das agências da Operação Acolhida, sem impor concepções teóricas ou restrições artificiais à análise dos dados. Isso contribuiu para uma compreensão mais rica e abrangente da eficácia da atual divisão de responsabilidades dentro da Operação.

Os dados das Agências da Operação Acolhida foram analisados segundo o processo a seguir resumidamente descrito: compilação dos trabalhos, interpretação e organização dos dados, busca de identificação de padrões e tendências e, por fim, interpretação e apresentação dos resultados. Com esse passo-a-passo, tratou-se de analisar eficazmente os dados coletados, proporcionando uma compreensão aprofundada da eficácia da divisão de responsabilidades dentro da Acolhida.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Condução da Operação Acolhida

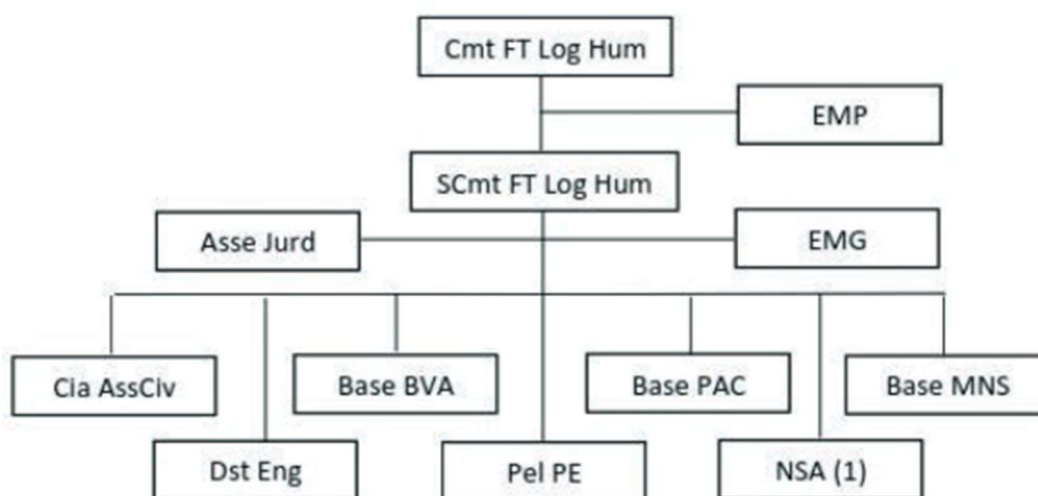
“A Operação Acolhida consagra o valor humanitário das Forças Armadas em uma total sinergia com todos os organismos envolvidos, dando atendimento e dignidade aos imigrantes e refugiados oriundos da

Venezuela que chegam ao país em estado de vulnerabilidade” (Coronel Georges Kanaan, citado por Daróz, 2022, p. 51).

Competiu ao Ministério da Defesa designar o coordenador operacional e também elaborar todo o planejamento, projetos e ações relacionados à assistência humanitária. A partir dessa responsabilidade e protagonismo, legalmente atribuídos pelo Decreto nº 9.286, surgiram, em março de 2018, a Operação Acolhida e a Força-Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum). O primeiro Coordenador da Operação Acolhida foi o General de Divisão Eduardo Pazuello, que acumulou o cargo de comandante da FT Log Hum. Em janeiro de 2020, o General de Divisão Antônio Manoel de Barros assumiu o comando da operação, sucedendo Pazuello. Posteriormente, em 31 de agosto de 2021, ocorreu uma nova mudança no comando da operação, com o General de Divisão Sérgio Schwingel assumindo os cargos.

Assim, a Operação Acolhida por meio do Ministério da Defesa, organizou a Força-Tarefa Logística Humanitária, estruturada conforme o organograma da figura 2:

Figura 2 – Organograma da Operação Acolhida



Fonte: DARÓZ, 2022, p. 60

Esse organograma evidencia as subordinações existentes na FT Log Hum. O comandante, a cargo de um general, possui subordinado diretamente a si o Estado-Maior Pessoal, com atribuições de assessoramento; e o Sub-Comandante. Este, por sua vez, coordena e controla a Assessoria Jurídica, que abarca todas as tarefas do Direito e o Estado-Maior Geral, cuja atribuição, em linhas gerais, é de planejamento

das mais diversas operações e apoios que a FT Log Hum realiza. As bases de Pacaraima, Manaus e Boa Vista abarcam a infraestrutura necessária para as operações. O Núcleo de Saúde e Apoio presta as tarefas médicas à Operação Acolhida. O Pelotão de Polícia do Exército é responsável pela disciplina e manutenção da ordem das operações. O destacamento de Engenharia realiza o apoio da manutenção da infraestrutura e demais ações de controle de danos.

É principalmente com a célula de Assuntos Cíveis e com o Comandante da FT Log Hum que todas as demais agências não estatais interagem com a Operação Acolhida. Novamente, aqui não há relação de subordinação entre os envolvidos, o que mostrou-se compatível com a cultura relacional entre os componentes militares e civis. Não é observado perda de eficiência nas relações interagências, motivo pelo qual não foi levantado como oportunidade de melhoria durante o referencial teórico deste trabalho.

O pressuposto maior de realizar a cooperação e a colaboração entre as diversas entidades participantes da Operação é que justifica essa relação não hierarquizada. A relação de subordinação direta pode apresentar desafios à cooperação, uma vez que pode resultar em estruturas hierárquicas inflexíveis e burocracias. Além do mais, cada agência traz conhecimentos e recursos únicos, papéis especializados os quais são melhor atendidos por meio de coordenação.

Outro aspecto interessante observado é que a Operação Acolhida opera em um contexto humanitário internacional. Ela se alinha aos princípios de cooperação interagências típicos dessas operações. Do *Peace Operations Training Institute*, conjuntamente com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), pode-se estabelecer princípios que bem atendem à ótica analisada por esse trabalho, a seguir descritos.

Primeiramente, humanidade. A assistência humanitária deve ser prestada com compaixão e em respeito à dignidade de todas as pessoas afetadas por crises. O foco está na redução do sofrimento humano e na proteção dos mais vulneráveis, com o trabalho coordenado de todos os envolvidos. Depois, imparcialidade. A ajuda deve ser distribuída com base nas necessidades reais, sem discriminação ou preferência por qualquer grupo. A imparcialidade garante que todos tenham acesso igual à assistência. Um estado de “igualdade” entre os atores impede a busca de protagonismo para ascensão em um eventual arranjo hierarquizado (Rocha, 2024).

Outros princípios, ainda: neutralidade e independência. Quanto ao primeiro, as operações humanitárias devem permanecer neutras em relação a conflitos

políticos, religiosos ou outros. O objetivo é ajudar as pessoas independentemente de sua afiliação ou contexto. Quanto à independência, as agências humanitárias devem manter sua autonomia e independência em relação a governos ou outras influências externas. Isso permite que tomem decisões com base nas necessidades humanitárias, sem interferência política (Agência Brasileira de Cooperação, 2024).

A Operação Acolhida continua sendo executada com coordenação e sinergia entre o componente militar, denominado Força-Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum), e cerca de 120 agências e instituições civis. Essa operação envolve: Órgãos Governamentais, nos níveis federal, estadual e municipal; Organismos Internacionais (OI); Organizações não Governamentais (ONG); e a sociedade civil (Brasil, 2024).

A Operação Acolhida desempenha um papel crucial na busca por dignidade e esperança para os refugiados e migrantes venezuelanos. A realocação, cuidadosamente conduzida, visa não apenas oferecer segurança e oportunidades, mas também aliviar a pressão sobre os serviços públicos em Roraima. À medida que essas pessoas encontram novos lares em outras cidades do Brasil, a operação reafirma a importância da cooperação interagências e da solidariedade internacional.

Para tanto, envolve a cooperação das aludidas entidades, como as Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica), que prestam apoio logístico em infraestrutura, transporte, saúde e administração. Além disso, órgãos internacionais, como a Agência das Nações Unidas para as Migrações (OIM) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), desempenham papéis essenciais nessa resposta humanitária. (BRASIL. Ministério da Defesa. Operação Acolhida. Disponível em: www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/acoes-humanitarias. Acesso em: 16 de agosto de 2024).

Figura 3 – Embarque para interiorização de venezuelanos, organizado pela ACNUR e operacionalizado pela Força Aérea.



Fonte: International Organization for Migration - OIM

4.2 A estrutura da Operação Acolhida

Após uma análise criteriosa, é inegável que a atual estrutura da Operação Acolhida se mostra eficaz. A sinergia entre os componentes militares e civis tem sido um diferencial marcante. A agilidade e a capacidade de resposta a emergências têm sido notáveis, permitindo que os migrantes venezuelanos recebam assistência de forma rápida e coordenada. A colaboração entre esses setores, com a superação de eventuais obstáculos, tem se mostrado um trunfo na busca por soluções humanitárias.

A flexibilidade, a coordenação interagências e o foco nas necessidades humanitárias são os pilares que sustentam o sucesso da Operação Acolhida. A flexibilidade permite ajustes conforme as demandas emergentes, enquanto a coordenação interagências garante que cada entidade contribua com suas competências específicas. O foco nas necessidades reais dos migrantes, superando os ajustes documentais existentes no ambiente interagências (características, que ressaltamos impossível de dissociar da burocracia nacional), reforça o caráter dessa operação (Vaz, 2017).

Nesse sentido, a estrutura organizacional vigente desvela-se, sim, funcional. O problema levantado inicialmente, que inclusive motivou a pesquisa do tema, era no sentido de questionar se, com a atual divisão de tarefas da Operação Acolhida, cada ator envolvido é capaz de exercer suas plenas capacidades e, ainda assim, cooperar sem maiores perdas de eficiência com a Operação.

Quantos aos órgãos estatais, a Carta Magna subordina suas estruturas ao caráter discricionário do Presidente da República, que não guardam relação de subordinação entre si (BRASIL, Constituição Federal, 1988).

Figura 4 – Ministérios envolvidos no acolhimento dos venezuelanos.



Fonte: DARÓZ, 2022, p. 54

A despeito da discussão dos resultados anteriormente abordados, chegou-se a um entendimento que a Operação Acolhida, como qualquer operação complexa, tem espaço para avaliação e aprimoramento. Um dos motivos pelos quais poderia haver a necessidade de reajuste na estrutura da Operação Acolhida seria o volume crescente de migrantes.

O fluxo migratório, sabemos, pode variar ao longo do tempo. Se houver um aumento significativo no número de migrantes, a estrutura da operação pode precisar ser ajustada para lidar com essa demanda.

Além disso, a evolução das necessidades dos migrantes também poderia

ensejar um reajuste. Sabe-se que as necessidades dos venezuelanos podem mudar com o tempo. Por exemplo, pode haver uma maior demanda por serviços de saúde, educação ou emprego. A estrutura da operação deve ser flexível o suficiente para se adaptar a essas mudanças.

Por fim, há de se ter uma avaliação contínua da eficiência: é importante avaliar regularmente a eficácia da operação. Isso inclui analisar os processos, identificar gargalos e garantir que os recursos estejam sendo utilizados de maneira eficiente. Reavaliar a coordenação e a comunicação entre esses atores pode levar a melhorias na operação para que a cooperação entre diferentes agências e organizações se mantenha funcional.

A colaboração, nos moldes como atualmente é feita, entre os componentes militar e civil trouxe dignidade e esperança a milhares de migrantes venezuelanos. A sinergia entre esses componentes permite o uso eficiente de recursos e uma resposta holística à crise ora estudada, sinergia essa que tem recebido reconhecimento nacional e internacional.

“O ACNUR reconhece que o papel das Forças Armadas brasileiras na resposta humanitária para venezuelanos tem sido exemplar e muito efetivo, contribuindo para a prestação direta de assistência e serviços básicos, e em cooperação com agências da ONU e outros parceiros”. (MARTINEZ, FEDERICO, representante adjunto do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR Brasil))

No momento crucial da operação junto aos migrantes venezuelanos, os mecanismos da colaboração entre os agentes da Acolhida têm se mostrado operarem em sincronia. Optar por não se submeter rigidamente à hierarquia direta entre agências e órgãos atendeu ao contexto complexo dos desafios humanitários. A flexibilidade permite ajustes sutis, enquanto a perícia de cada participante traz eficácia ao presente modelo. O Ministério da Defesa representa os interesses coletivos nos subcomitês. Assim, a assistência humanitária prossegue sendo executada, evidenciando que o atual modelo de cooperação é eficiente.

4.3 Proposta de divisão de atribuições mais adequada

É importante observar que a Operação Acolhida já acumulou mais de seis

anos de experiência, desde a sua criação em 2018. A análise das lições aprendidas e a incorporação desses insights puderam contribuir para ajustes na sua estrutura.

“Considerando-se que o ambiente interagências horizontalizado mostrou-se sadio para o desenrolar das complexas atividades dos atores em prol do venezuelano, coube ao Ministério da Defesa, por meio do Exército Brasileiro, buscar aprimorar sua própria estrutura, que tinha margem para ajustes”.

A afirmação foi colhida por este autor, durante o diálogo com General Helder de Freitas Braga, atual Comandante da Força-Tarefa Logística Humanitária, em palestra ministrada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, ECEME, durante as atividades do V Simpósio de Defesa Nacional, Fronteiras e Migrações, ocorrida em 7 de agosto de 2024.

Com o fulcro de simplificar sua própria estrutura para ater-se àquilo que possuía maior eficiência, observados todas as análises já abordadas nesse TCC de atendimento aos objetivos da Operação Acolhida, relacionamento interagências e lições aprendidas colhidas nos anos de vigência da Operação, a atual Força-Tarefa Logística Humanitária encontra-se modificada.

O estudo da viabilidade desse novo modelo deverá passar, naturalmente, por um período de testes. No entanto, o novo organograma, colocado em vigor a partir do 18º Contingente da Operação Acolhida desvela-se como o resultado da busca por divisões de atribuições mais adequadas ao atingimento dos objetivos propostos, em última análise, pelo Estado brasileiro.

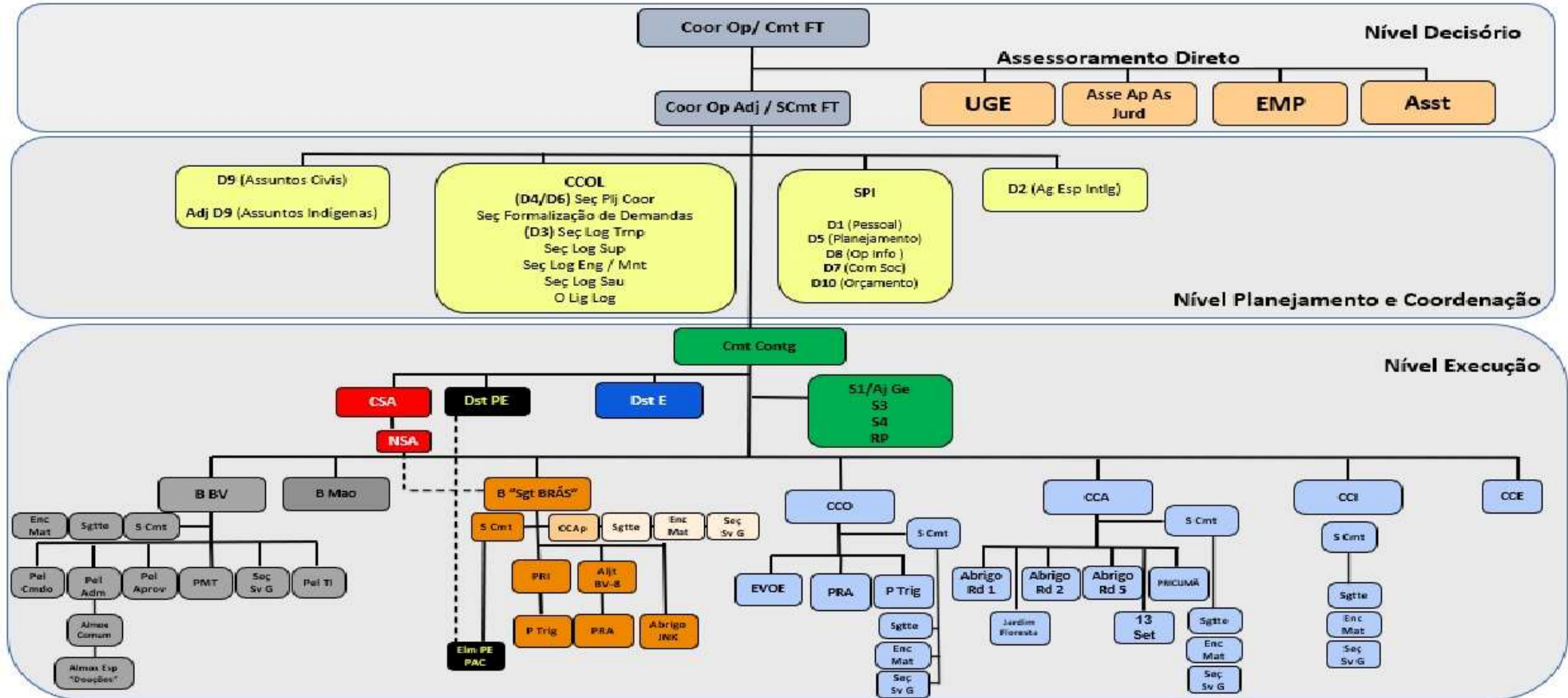
Com esse raciocínio, a proposta de novo organograma atende ao objetivo geral inicialmente proposto por este autor ainda no ano de 2023, quando houve a confecção inicial do desenho dessa pesquisa acadêmica.

O novo organograma simplifica a estrutura hierarquizada subordinada ao comandante da Força-Tarefa, ao passo que não modifica a relação órgão-agência da Operação Acolhida, já demonstrada como sendo eficaz mesmo não verticalizada. Assim, estruturas mais internas, atinentes aos próprios procedimentos quase que de exclusividade do componente militar da Operação, como a célula de Operações, Célula de Logística, Célula de Planejamento Social e Célula de Operações de Informação foram condensadas – houve um verdadeiro “enxugamento” das diversas seções que compunham a FT Log Hum. Esse movimento está em total sincronia com a busca de eficiência, entendida como o melhor uso dos recursos disponíveis (incluindo o recurso de pessoal) para o atingimento das metas propostas.

Ao mesmo tempo, a proposta é inovadora. Não é muito comum em uma estrutura de Estado-Maior de Operação, não ser tipicamente dividido entre as seções de planejamento, diretamente subordinadas ao comandante. Conforme observado anteriormente, a nova divisão haverá de passar pelo teste do tempo para ser, futuramente, proposta uma nova ratificação ou retificação – muito semelhantemente ao que motivou a escrituração desta pesquisa.

A figura 5, constante da página a seguir, demonstra essa nova estrutura, enxuta e focada no relacionamento interagências (devido ao destaque dado ao D9).

Figura 5 – Novo organograma da Operação Acolhida



Fonte: acervo do autor com a colaboração do 18º Contingente da FT Log Humanitária

Ainda, essa nova divisão proposta, mesmo tendo condensado D3, D4 e D6 por um lado e D1, D5, D7, D8 e D10 por outro, deixou a célula de Assuntos Cíveis sozinha. Esse movimento indica claramente a importância dada ao relacionamento interagências.

Buscando conhecimento acima apresentado, em capítulo anterior, o componente civil da Operação tem com o D9 a interface direta com o componente militar. Em outras palavras, grande parte do sucesso do relacionamento interagências é devido às interações junto à nona seção da FT Log Hum. Assim nova estrutura deixa evidente essa fração da Operação – fruto das lições aprendidas desde 2018.

A atual proporção de participação do Ministério da Defesa nas atividades da Operação Acolhida deve ser ratificada, considerando o papel crucial que as Forças Armadas desempenham na logística e na organização da resposta humanitária. A operação tem sido exemplar na coordenação e execução de tarefas essenciais, como a emissão de documentos, vacinação e controle de imigração (Brasil, 2023). Assim, a continuidade dessa proporção é fundamental para manter a eficiência e a eficácia das ações humanitárias, conforme destacado pelo Ministério da Defesa (Brasil, 2022).

Dentro do Ministério da Defesa, a Força-Tarefa Logística Humanitária (FT Logística Humanitária) deve ser reestruturada para uma operação mais enxuta, com foco na célula de Assuntos Cíveis. Essa célula é vital para a coordenação com outras agências governamentais e organizações não governamentais, garantindo que as necessidades dos migrantes sejam atendidas de maneira holística e integrada. A simplificação da estrutura permitirá uma resposta mais ágil e adaptável às mudanças no cenário migratório (Brasil, 2019).

Realizadas essas considerações, que entendemos atender aos questionamentos levantados ao longo do estudo do TCC, cabe realizar uma observação extra sobre a Operação Acolhida: a substituição gradativa por civis.

A substituição gradativa dos militares por civis visa a garantir a continuidade da operação no longo prazo. Os militares têm outras responsabilidades e missões, conforme previsto no artigo 142 da Constituição Federal (CF)¹, e sua permanência

¹ Artigo 142/CF 88: As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à **defesa da Pátria**,

constante na operação pode não ser viável indefinidamente, por não estar totalmente alinhado aos comandos constitucionais. Ao envolver civis, cria-se uma estrutura mais sustentável e resiliente para lidar com os desafios migratórios contínuos e permite ao Ministério da Defesa reestabelecer-se para novos desafios que surgirão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise migratória venezuelana tem representado um desafio significativo para diversos países da América Latina, especialmente para o Brasil, que tem recebido um número crescente de migrantes fugindo da crise política e econômica em seu país de origem. Esta pesquisa investigou os impactos imediatos dessa crise para o Brasil, as atividades implementadas pela Operação Acolhida e os pontos fortes, bem como os possíveis dificultadores da estrutura dessa operação humanitária.

Inicialmente, a crise migratória venezuelana tem gerado consequências imediatas para o Brasil, incluindo pressão sobre serviços públicos como saúde e educação, além de impactos socioeconômicos nas regiões de fronteira, especialmente em Roraima. A sobrecarga nos sistemas de saúde e a necessidade de aumentar a oferta de abrigos temporários têm sido desafios evidentes, refletindo a urgência de uma resposta coordenada e eficaz por parte do governo brasileiro.

A Operação Acolhida emergiu como a principal resposta do Brasil à este problema, envolvendo múltiplos órgãos governamentais, agências internacionais, ONGs e voluntários. Esta operação visava não apenas a prover assistência emergencial aos migrantes, como também promover sua integração socioeconômica e cultural nas comunidades receptoras. Ações como a criação de abrigos temporários, atendimento médico e vacinação, distribuição de alimentos e documentação legal têm sido cruciais para mitigar os impactos negativos da crise.

No entanto, a estrutura da Operação Acolhida apresenta tanto pontos fortes quanto possíveis dificuldades. Entre os pontos fortes, destaca-se a coordenação interinstitucional eficaz, permitindo uma resposta rápida e adaptativa às necessidades emergentes. Por outro lado, possíveis dificultadores incluem desafios logísticos e operacionais, especialmente em áreas remotas e de difícil acesso. A

à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (grifo nosso)

sustentabilidade financeira das operações de longo prazo, bem como a capacidade limitada de absorção e integração local dos migrantes, representam desafios contínuos que requerem atenção cuidadosa.

A pesquisa evidencia que a crise migratória venezuelana tem exigido uma resposta humanitária robusta e coordenada por parte do Brasil, com a Operação Acolhida desempenhando um papel central nesse contexto. A análise dos pontos fortes e dificultadores da estrutura da operação destaca a necessidade de contínua avaliação e adaptação das políticas públicas para enfrentar os desafios complexos associados à migração forçada em larga escala.

Os principais achados são no sentido para o entendimento de se a divisão de atribuições mais adequada entre o diversos Ministérios e Agências participantes está sendo executada. O presente referencial teórico serviu como base para, assim como ocorre na própria Operação Acolhida, evoluir-se nos conhecimentos necessários para se entender se uma retificação da organização se faz necessária ou, na hipótese contrária, se entender que os desafios estão sendo bem respondidos e os dificultadores não possuem relevância relativa quando colocados junto dos acertos – situação em que a ratificação da atual estrutura se mostra como melhor opção.

Demonstrada a ratificação no ambiente interagências – representado pelos diversos Ministérios e Agências envolvidos – e a retificação da própria estrutura da Força-Tarefa Logística Humanitária – aprensetada como um novo organograma, é mister ao cenário acadêmico a contínua análise da Operação Acolhida. Suas mais variadas facetas personificadas pelas agências e órgãos e o papel desempenhado pelo Ministério da Defesa deve ser continuamente estudado para que o interesse pelo aperfeiçoamento do processo mantenha-se ativo, não permitindo que o Brasil desperdice eficiência no trato de assunto tão delicado e importante como é a crise migratória venezuelana.

Por fim, o estudo da crise migratória venezuelana e da Operação Acolhida oferece valiosas lições para o Estado brasileiro se preparar diante de crises futuras. A consolidação do novo organograma ditará novos empregos por parte do Exército Brasileiro, quando acionado pelo Ministério da Defesa. Essa análise nos permite, também, compreender como lidar com fluxos migratórios em larga escala, incluindo a coordenação entre diferentes órgãos governamentais, organizações internacionais e sociedade civil, preparando o Brasil para enfrentar desafios imprevistos, independentemente de sua natureza, e fortalecendo nossa resiliência como nação.

REFERÊNCIAS

ABOGADO, REY. Entenda o princípio da humanidade. Disponível em <https://reyabogado.com/brasil/o-que-e-o-principio-da-humanidade>. Acesso em 16 de agosto de 2024.

ACNUR. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues>. Acesso em 26 de maio de 2024.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPOERAÇÃO – ABC. Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/assuntos/cooperacao-humanitaria>. Acesso em: 16 de agosto de 2024.

ALVES, Leonardo de Andrade. Observatório da Praia Vermelha. Como entender a relação civil militar em operações militares. 2018.

BABBIE, E. (2016). Métodos de Pesquisa de Survey (13ª ed.). Cengage Learning.

BARBOSA, Bruna Michelli. Estudos estratégicos, setor de segurança e operações interagências: uma perspectiva contemporânea. 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. Em 16ª troca de contingente, Defesa já empregou cerca de 10 mil militares na Operação Acolhida, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/em-16a-troca-de-contingente-defesa-ja-empregou-cerca-de-10-mil-militares-na-operacao-acolhida>. Acesso em 1º de setembro de 2024.

_____. Ministério da Defesa. ONU considera exemplar atuação humanitária das Forças Armadas na Operação Acolhida, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/onu-considera-exemplar-atuacao-humanitaria-das-forcas-armadas-na-operacao-acolhida>. Acesso em 1º de setembro de 2024.

_____. Ministério da Defesa. Operação Acolhida: o trabalho de militares brasileiros na primeira missão humanitária em território nacional, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/operacao-acolhida-o-trabalho-de-militares-brasileiros-na-primeira-missao-humanitaria-em-territorio-nacional>. Acesso em 1º de setembro de 2024.

_____. Ministério da Defesa. Operação Acolhida. Disponível em: www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/acoes-humanitarias. Acesso em:

16 de agosto de 2024.

_____. Operações Interagências. 2020. Manual de Campanha EB70-MC-10.248. Ministério da Defesa: Brasília.

_____. Operações Interagências. 2017. Manual MD 33-M-12. Ministério da Defesa: Brasília.

_____. Sítio da Operação Acolhida. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida>. Acesso em 24 de junho de 2024.

DARÓZ, Carlos; CELESTINO, Sabrina. Operação Acolhida: a força-tarefa logística humanitária e o apoio aos imigrantes venezuelanos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2022.

DE ARAUJO NETO, José Carlos et al. Modelo Brasileiro do Ambiente interagências para Operações na Fronteira. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 4, n. 2, 2017.

DE SOUZA, Deywisson Ronaldo Oliveira; GARCIA, Stephanie Queiroz. A Abordagem Interagência dos Sistemas Proteger e de Monitoramento das Fronteiras Terrestres (SISFRON). Hegemonia, n. 14, p. 18-18, 2014.

DEFESA NET. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/seguranca/operacao-acolhida-onu-considera-exemplar-atuacao-humanitaria-das-forcas-armadas-brasileiras>. Acesso em: 17 de agosto de 2024.

DO POVO, GAZETA. Com estrutura para refugiados, Curitiba é a cidade que mais recebeu venezuelanos no Brasil. Paraná, 2023. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/com-estrutura-para-refugiados-curitiba-e-a-cidade-que-mais-recebeu-venezuelanos-no-brasil>. Acesso em 21 de maio de 2024.

FACULDADES INTEGRADAS DE OURINHOS. Manual de TCC - Normatização de Trabalhos Acadêmicos. Disponível em https://fio.edu.br/manualtcc/co/6_Referencial_Teorico.html. Acesso em 1º de junho de 2024.

FEDERAL, Senado. Constituição. Brasília (DF), 1988.

GONÇALVES, A. B. (2016). Metodologia da Pesquisa Científica: Guia Prático para Pesquisadores. Editora Saraiva.

INSTITUTO DE TREINAMENTO EM OPERAÇÕES DE PAZ. Disponível em: https://cdn.peaceopstraining.org/course_promos/humanitarian_relief_ops/humanitarian_relief_ops_portuguese.pdf. Acesso em: 12 de agosto de 2024.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION – OIM. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/news/agencias-da-onu-integram-novo-site-da-operacao-acolhida>. Acesso em: 16 de agosto de 2024.

KANAAN, Georges Feres. Operação Acolhida: a maior operação conjunta-interagências e de natureza humanitária no Brasil. Doutrina Militar Terrestre, v. 7, n. 18, p. 10-29, 2019.

LINCOLN, Y. S., & GUBA, E. G. (1985). *Naturalistic inquiry*. Sage Publications.

LIRA, Leonard. An integrative approach to the interagency process. *Interagency Journal*, v. 1, n. 1, p. 46-54, 2010.

MARCELLA, Gabriel. Understanding the interagency Process: The Challenge of Adaptation. *Affairs of State: The Interagency and Nacional Security*, dec. 2008. Disponível em: <www.strategicstudiesinstitute.army.mil/> Acesso em 06/04/2024.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/acoes-humanitarias/operacao-acolhida>. Acesso em: 17 de agosto de 2024.

OLIVEIRA, Alberto Garcia de. A utilização do componente militar brasileiro frente à crise migratória da Venezuela. *Military Review*, 2018.

PINHO, Alessandro Paiva de. *O Exército Brasileiro na operação acolhida*. 2019.

RAZA, Salvador. Cooperação Interagências: Porque e como funciona um estudo de modelos organizacionais nas Relações Internacionais? *Brazilian Journal of International Relations*, v. 1, n. 1, p. 06-37, 2012.

RIBEIRA, Amarolina. Brasil Escola. Disponível em: brasilecola.uol.com.br/historia-da-america/crise-na-venezuela.htm. Acesso em 11 de maio de 2024.

ROCHA, Sara. Entenda o princípio da humanidade. Disponível em <https://reyabogado.com/brasil/o-que-e-o-principio-da-humanidade>. Acesso em 16 de agosto de 2024.

SANTOS, Victória MS; SIMAN, Maíra. Civil-military relations as a 'coordination

problem’? doctrine development and the multiple ‘missions’ of the Brazilian Armed Forces. *Critical Military Studies*, p. 1-21, 2022.

SILVA, Paulo David Rocha Bezerra da; FRANÇA, Filipe Lourenço. A Operação Acolhida – boas práticas e repercussões no âmbito internacional. *Coletânea do Observatório Militar da Praia Vermelha*, p. 88-93, 2023.

SILVA FILHO, Eduardo Gomes da. O ordenamento da fronteira Brasil/Venezuela e o papel do Exército Brasileiro na Op Acolhida. *Contemporary Journal*, 2024.

SIMÕES, Luciano Correa; FRANCHI, Tássio. Operação Acolhida: um balanço do executado até 2019. *Observatório Militar da Praia Vermelha*. Rio de Janeiro, 2020.

SOUZA, Bernardo Cordeiro e. Ajuda humanitária: a crise migratória da Venezuela e os impactos para o Brasil dentre os assuntos de segurança pública. *Escola Superior de Guerra*, 2020.

SOUZA, M. R. (2017). *Metodologia da Pesquisa Científica*. Editora Atlas.

STAKE, R. E. (2005). *Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Penso Editora.

STRAUSS, A., & CORBIN, J. (2008). *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Artmed Editora.

TACONTRATADO. Revisão documental. Disponível em www.tacontratado.com.br/glossario. Acesso em 7 de setembro de 2024).

TEIXEIRA, Luís Henrique Vighi; CORADINI, Luiz Fernando; DA COSTA, Renata Alves. O fenômeno migratório em Roraima: um estudo dos efeitos da cooperação civil-militar para a eficiência da Força-Tarefa Logística Humanitária da Operação Acolhida. *REI-Revista de Estudos Internacionais*, v. 10, n. 3, 2019.

THOMPSON, James. *Organizations in Action*, 1996.

VAZ, Alcides Costa. A crise venezuelana como fator de instabilidade regional: perspectivas sobre seu transbordamento nos espaços fronteiriços. *Centro de Estudos Estratégicos*, 2017.

YIN, R. K. (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Bookman Editora.